

e regional, concepção e gestão de projectos, cidade território e desenvolvimento local, os transportes o planeamento territorial, o quadro comunitário do apoio para o período de 2000-2006, estuário do Tejo património natural e cultural, XIX Colóquio da ATAM, novo regime de finanças locais, consultores de projectos de investimento, o novo Plano Oficial de Contabilidade da Autarquias Locais, XVIII Colóquio da ATAM, o processo de planeamento e a gestão das autarquias locais, IX Congresso sobre o Alentejo, gestão orçamental, princípios de contabilidade analítica, reinvenção da gestão das cidades e das autarquias, políticas de inovação e desenvolvimento regional e local, a gestão pós-PDM.

Experiência profissional:

2007 — directora do Gabinete de Planeamento e Controlo de Actividades (em regime de substituição) — município da Moita;

De 2002 a 2006 — directora do Gabinete de Programas Estruturantes — município da Moita;

1996 — técnica superior de 2.ª classe — economia — município da Moita.

Nota curricular

Nome — Maria Ana da Silva Miguel Judas.

Habilitações literárias — licenciatura em História, variante de História da Arte, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Formação profissional — gestão e controlo de projectos em Microsoft Project, trabalhar por projectos, segurança, higiene e saúde no trabalho, *export* arte contemporânea, concepção e organização de exposições e catálogos, competências básicas em tecnologias da informação, Código do Procedimento Administrativo, projectos educativos.

Experiência profissional:

De 2002 a 2007 — técnica superior de 2.ª classe — município de Palmela;

De 2001 a 2002 — Divisão de Acção Cultural, Sector de Programa e Projectos Municipais — município de Palmela;

De 2000 a 2001 — assistente de produção, técnica de animação e assistente de relações públicas e programação.

Nota curricular

Nome — Isabel Maria de Azevedo Oliveira.

Habilitações literárias — licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Formação complementar — curso de formação de monitores de campos de férias, encontro nacional de habitação, as relações entre associados e as cooperativas de habitação, curso de formação pedagógica inicial de formadores.

Formação profissional — gestão do tempo e do *stress*, Windows 95 iniciação, e winword 97 iniciação, formação de recursos humanos, formação e alcoologia, Windows iniciação, Internet pesquisa orientada, gestão por objectivos, acção social, implementação do SIADAP.

Experiência profissional:

2007 — técnica superior assessora principal — Serviço Social, município de Setúbal;

De 2004 a 2007 — directora do Projecto Municipal, no Gabinete para a Gestão de Programas de Reabilitação Urbana — município de Setúbal;

De 2002 a 2004 — técnica superior principal na Divisão de Habitação — município de Setúbal;

De 1999 a 2002 — técnica superior na Divisão de Gestão de Recursos Humanos — município da Moita;

De 1990 a 1999 — técnica superior na Divisão de Educação e Juventude — município de Loures,

De 1989 a 1990 — técnica superior na Divisão de Habitação — município de Loures;

De 1988 a 1989 — técnica superior na Divisão de Habitação — município da Amadora.

2611065415

CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Aviso n.º 23 150/2007

Nomeações/posses — Concursos internos

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meus despachos de 13 de Novembro de 2007, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 68.º, n.º 2, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foram nomeados os candidatos aprovados, provenientes dos concursos internos de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional de 1.ª classe de biblioteca e documentação, um lugar de técnico profissional de 1.ª classe de arquivo e seis lugares

de operário qualificado principal — jardineiro, abertos por despacho da presidente da Câmara de 25 de Julho de 2007 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 9 de Agosto de 2007, e proveniente do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de encarregado, aberto por despacho da presidente da Câmara de 23 de Julho de 2007:

Técnica profissional de 1.ª classe de biblioteca e documentação:

Maria Julia Correia Fernandes.

Técnico profissional de 1.ª classe de arquivo:

Antónia dos Santos Estevens.

Operário qualificado principal — jardineiro:

Élio Miguel Tardão Caldeirinha.

Carlos José de Oliveira Fernandes.

Teresa Isabel Cação Carlos Mendinhos.

Vítor Manuel Vieira Cardoso.

Mariana de Sousa Louro.

Paula Henriques Costa.

Encarregado:

Manuel Martins Rego.

A tomada de posse por parte dos nomeados deverá ter lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República* (em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro). (Isento de visto do Tribunal de Contas, por, atento o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, as nomeações já não estarem sujeitas à fiscalização prévia daquele Tribunal.)

14 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Amélia Antunes*.

2611065456

CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Aviso n.º 23 151/2007

José Manuel Manaia Sinogas, presidente da Câmara Municipal de Mora, torna público que, na execução do que dispõe o n.º 2 do artigo 27.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede à discussão pública da 4.ª alteração à operação de loteamento municipal da Zona Industrial de Mora, aprovada em reunião ordinária de 4 de Agosto de 1993, respeitante a parte do prédio inscrito na matriz predial sob o artigo 63, secção P, da freguesia de Mora, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 737 — Mora.

Nos termos dos supracitados preceitos legais, a alteração da operação de loteamento está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 dias, com início no 8.º dia a contar da publicação do presente aviso. O processo poderá ser consultado todos os dias úteis, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos na Divisão de Obras e Urbanismo, e as reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas por escrito através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara.

7 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Manaia Sinogas*.

2611065401

CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS

Aviso n.º 23 152/2007

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, foi renovado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, o contrato a termo resolutivo certo, por mais três anos, para continuar a exercer as mesmas funções, a partir de 17 de

Outubro de 2007, com Maria do Rosário e Silva David, auxiliar de serviços gerais.

17 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.

2611065505

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aviso n.º 23 153/2007

Discussão pública

O município de Oliveira de Azeméis torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 8 de Novembro do corrente ano, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote 1, referente ao loteamento titulado pelo alvará n.º 7/2001, para o prédio localizado no lugar de Cadaval, freguesia de Nogueira do Cravo, requerido em nome de Jaime da Silva Pires, que decorrerá no prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período da discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Secretaria Administrativa de Obras Particulares e Loteamentos deste município, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

12 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competências sub-delegadas, *Ricardo Tavares*.

2611065402

Aviso n.º 23 154/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 14 de Novembro de 2007, foram nomeados provisoriamente, conforme lista de classificação final, para três lugares de técnico profissional de 2.ª classe — arquivo, homologada por meu despacho de 14 de Novembro de 2007, os candidatos Mário José Castro Barros Correia Santos, Alexandra Maria Ferreira Tavares e Paula Cristina Ferreira Tavares.

Os candidatos dispõem de 20 dias, contados da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomarem posse do respectivo cargo. (Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*.

2611065383

Aviso n.º 23 155/2007

Discussão pública

O município de Oliveira de Azeméis torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 8 de Novembro do corrente ano, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote 1 referente ao loteamento titulado pelo alvará n.º 37/94 para o prédio localizado no lugar de Ceada, freguesia de Carregosa, requerido em nome de Fernando Antero Rocha Barbosa, que decorrerá no prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período da discussão pública, o processo estará disponível para consulta na Secretaria Administrativa de Obras Particulares e Loteamentos deste município, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

14 de Novembro de 2007. — O Vereador, com competências sub-delegadas, *Ricardo Tavares*.

2611065391

Aviso (extracto) n.º 23 156/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 15 de Novembro de 2007, foi nomeada, em regime de contrato administrativo de provimento, conforme lista de classificação final, para um lugar de técnico superior de 2.ª classe (estagiário), relações internacionais, homologada por meu despacho de 15 de Novembro de 2007, a candidata Cláudia Lapas Ramos.

A candidata dispõe de 20 dias contados da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do respectivo cargo. (Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*.

2611065538

Aviso (extracto) n.º 23 157/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 15 de Novembro de 2007, foi nomeado provisoriamente, conforme lista de classificação final, para um lugar de técnico profissional de 2.ª classe, generalista (com formação em qualidade/metrologia), homologada por meu despacho de 15 de Novembro de 2007, o candidato Eduardo Ribeiro Soares Reis.

O candidato dispõe de 20 dias contados da publicação do presente aviso no *Diário da República* para tomar posse do respectivo cargo. (Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas.)

15 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Ápio Cláudio do Carmo Assunção*.

2611065530

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Aviso n.º 23 158/2007

Para os devidos efeitos se torna público que por meu despacho de 26 de Outubro de 2007, ao abrigo da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeio por reclassificação profissional, e para exercer as funções de técnica de contabilidade e administração de 2.ª classe, a funcionária Aida Manuela Carvalho Ramos, nos termos da alínea d) do artigo 2.º e das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir do dia 26 de Outubro de 2007.

A nomeada deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Em cumprimento do disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a BEP em 20 de Junho de 2007, cuja resposta quanto à existência de pessoal em situação de mobilidade especial foi negativa. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 47.º, alínea e), conjugado com o artigo 114.º, alínea c), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Celso Manuel Gomes Ferreira*.

2611065358

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Aviso n.º 23 159/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 9 de Novembro de 2007, se procedeu à nomeação definitiva do técnico superior de 2.ª classe, arquitecto, Luís Filipe Ferreira de Oliveira Gonçalves, depois de analisado pelo júri do concurso o relatório de estágio, foi-lhe atribuída a classificação de 14,6 valores, ficando posicionado no escalão 1, índice 400.

O candidato nomeado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611065531

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DA BARCA

Aviso n.º 23 160/2007

Nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público o meu despacho de 13 de Novembro de 2007 relativo à nomeação para o cargo de chefe de divisão de Obras Públicas e Ambiente:

«Considerando que nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações intro-